

Companhia ESA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas.

CNPJ nº 52.117.397/0001-08
São Paulo, 29 de abril de 2026. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	105	103	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar....	9	-	-
Ativos financeiros.....	6	12.299	11.766	Obrigações tributárias.....	10	1.269	1.424
Impostos a recuperar.....	7	3.342	3.734	Juros sobre capital próprio a pagar.....	-	5.522	7.490
Juros sobre capital próprio a receber.....	8 c)	2.154	5.945	Obrigações trabalhistas.....	-	338	293
Demais ativos circulantes.....	-	278	128	Outros passivos circulantes.....	-	3	19
		18.178	21.676	Total do passivo.....		7.132	9.226
Patrimônio líquido							
Investimento.....	8 a)	279.845	246.332	Capital social.....	12 a)	210.000	145.000
Imobilizado.....	-	56	85	Reservas de lucros.....	-	168.864	142.555
		279.901	246.417	Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	(87.917)	(28.688)
		298.079	268.093	Total do patrimônio líquido.....		290.947	258.867
				Total do passivo e patrimônio líquido.....		298.079	268.093

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Legal	Especial	(8.900)		
Saldos em 1º de dezembro de 2024.....	130.000	5.094	107.114	(8.900)	233.308
Aumento de capital, com:					
Reserva Especial de Lucros - 2019 e 2020.....	15.000	-	(15.000)	-	-
Distribuição de Lucros de 2019.....	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA).....	-	-	-	-	-
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8).....	-	-	-	(413)	(413)
Outras (Nota 8).....	-	-	-	(25.134)	(25.134)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	68.247	68.247
Juros sobre capital próprio aprovados.....	-	-	-	(12.900)	(12.900)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8).....	-	-	-	5.759	5.759
Destinação do resultado exercício.....	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	2.768	-	(2.768)	-
Destinação para reserva especial (Nota 12(b)).....	-	-	52.579	(52.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	145.000	7.862	134.693	(28.688)	258.867
Aumento de capital, com:					
Compensação de créditos acionistas em dinheiro.....	14.133	-	-	-	14.133
Reserva Legal.....	7.862	(7.862)	-	-	-
Reserva Especial de Lucros - 2022 e 2023 (parte).....	43.005	-	(43.005)	-	-
Distribuição de Lucros.....	-	-	(41.000)	-	(41.000)
Ágio na Aquisição de Investimentos.....	-	-	(7.400)	-	(7.400)
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA).....	-	-	-	-	-
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8).....	-	-	-	2.411	2.411
Outras (Nota 8).....	-	-	-	(61.096)	(61.096)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	148.614	148.614
Juros sobre capital próprio aprovados.....	-	-	-	(23.038)	(23.038)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8).....	-	-	-	(544)	(544)
Destinação do resultado exercício.....	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	6.279	-	(6.279)	-
Destinação para reserva especial (Nota 12(b)).....	-	-	119.297	(119.297)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	210.000	6.279	162.585	(87.917)	290.947

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia ESA ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede na capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação na controlada Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), controlada em última instância pela família Egydio de Souza Aranha.

2. Políticas contábeis materiais

Um resumo das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis está apresentado a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria, em 29 de abril de 2026. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme os CPC's emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis (individuais) contêm informações sobre a Companhia e não contêm informações contábeis consolidadas como sendo a controladora de um grupo. A Companhia não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, incluindo a ITAÚSA (Nota 8), uma vez que essa controlada é a holding do conglomerado ITAÚSA e, por ser de capital aberto, já prepara demonstrações contábeis consolidadas. A Administração da Companhia concluiu que a preparação das demonstrações contábeis consolidadas incluindo a ITAÚSA, considerando a composição e a relevância de seus ativos e passivos, apenas duplicaria informações já disponíveis, uma vez que não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público. Tivesse a Companhia elaborado demonstrações contábeis consolidadas, a única diferença relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA seria a classificação da parcela não detida pela Companhia no patrimônio líquido da ITAÚSA como participação dos não controladores, como a seguir demonstrado:

	2025	2024
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores.....	280	246
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores.....	93.099	94.751
	93.379	94.997

Assim, a leitura dessas demonstrações contábeis individuais deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA, que se encontram disponíveis no site oficial da Companhia.

2.2. Tratamento da participação na ITAÚSA

A participação detida na ITAÚSA é reconhecida pela aplicação do método de equivalência patrimonial, por meio do qual a Companhia reconhece sua participação proporcional detida no patrimônio líquido da controlada, a fim de registrar a parte que lhe cabe no resultado, resultado abrangente ou outras transações de capital registradas pela controlada. Não existem eliminações de transações com a controlada no processo de aplicação da equivalência patrimonial.

As transações em que a Companhia adquire participações (ações) de acionistas não controladores ou vende parte de participações detidas, são consideradas como sendo transações entre a Companhia e seus acionistas. Dessa forma, qualquer diferença entre o montante pago e o correspondente valor da participação no patrimônio da controlada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido da Companhia e não no resultado ou no resultado abrangente.

No caso de aquisição adicional de ações da controlada por valor superior ao valor patrimonial (ágio) ou no caso de aquisições de ações com ganho por compra vantajosa (deságio), os valores de ágio ou deságio são contabilizados em conta do patrimônio líquido. Efeitos semelhantes nas vendas de ações são também assim registradas, a não ser que a venda produza perda de controle da investida.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, isto é, as aplicações financeiras (Nota 6). Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não tem contratos de derivativos de qualquer natureza em aberto ou efetuou transações dessa natureza no período coberto por estas demonstrações contábeis.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, quando então são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os equivalentes de caixa, desde que não classificados como valor justo por meio do resultado e demais contas ou valores a receber. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, como resultado financeiro.

2.5. Provisões

As provisões, que incluem os tributos apurados a pagar, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor poderá ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

No período desta demonstração não há ajuste de crédito tributário sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa registrados.

2.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, a serem demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.8. Reconhecimento da receita de participação

(a) Resultado de participação societária

O resultado de participação societária decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base na previsão estabelecida no estatuto social de pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas são demonstrados no passivo, no exercício em que o pagamento é aprovado pela diretoria. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), recolhido sobre os juros sobre capital próprio é reconhecido no patrimônio líquido, juntamente com os juros.

2.10. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

a) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

b) Alterações nas IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.11 Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;

- **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

- **Imposto Seletivo (IS):** Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;

- **Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No caso da Companhia, as estimativas contábeis críticas referem-se ao cálculo e registro de tributos sobre o lucro, embora não existam ajustes relevantes ao lucro líquido para a apuração das bases fiscais desses tributos. Nesse sentido, são apurados o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido, além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com base na legislação vigente.

A apuração final desses tributos, para recolhimento, ocorrerá por ocasião da declaração do Imposto de Renda, e possíveis eventuais ajustes em relação aos valores apurados e registrados nestas demonstrações contábeis.

O julgamento contábil crítico refere-se à determinação do controle detido na ITAÚSA (Nota 8).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Resultado de participações societárias.....			
Despesas gerais e administrativas.....	13	(7.191)	(6.566)
Tributos.....	14	(2.757)	(1.849)
(=) Lucro operacional.....		42.036	31.834
Receitas financeiras.....	15	105.866	36.413
Despesas financeiras.....	15	(51)	(5)
Outras receitas operacionais.....	-	763	5
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.....		148.614	68.247
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	9	-	-
(=) Lucro líquido do exercício.....		148.614	68.247
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares).....			
Lucro líquido por ação do capital social.....	12 d)	0,0615	0,0292

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro líquido do exercício.....		148.614	68.247
Participação no resultado abrangente da controlada.....	8	(544)	5.759
Total do resultado abrangente do exercício.....		148.070	74.006

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social ..

148.614 **68.247**

Ajustes

Depreciação..... 35 33

Resultado de participações societárias (Nota 8)..... (51.984) (40.249)

Receitas..... (105.866) (36.413)

Despesas..... 51 5

(9.150) **(8.377)**

Variações nos ativos e passivos

Tributos a recuperar..... 392 1.226

Demais ativos circulantes..... (150) 339

Demais tributos e contribuições a pagar..... (155) (1.745)

Obrigações trabalhistas e sociais a pagar..... 45 (8)

Demais passivos circulantes..... (16) (115)

116 **(303)**

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais.....

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos..... 106.985 42.045

Aquisição e vendas de investimentos..... (48.158) -

Aquisição e baixas de imobilizados..... (5) (28)

Varição dos ativos financeiros..... 2.087 (9.418)

Caixa líquido proveniente das/aplicado nas atividades de investimentos.....

60.909 **32.599**

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Dividendos pagos aos acionistas..... (41.000) (10.000)

Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas..... (25.006) (13.915)

Aumento de capital com aporte dos acionistas..... 14.133 -

Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades de financiamento.....

Companhia ESA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais) (Continuação)

Nos termos do Acordo de Acionistas da ITAÚSA, de 10 de maio de 2011, a Companhia foi constituída com a finalidade de administrar a posição acionária da família Egydio de Souza Aranha na ITAÚSA. Assim, os membros da família através da Companhia formam o grupo controlador da ITAÚSA com o objetivo de, entre outros, estabelecerem acordo de votos para orientar as atividades da ITAÚSA.

Esses acionistas detêm, em conjunto, 63,66% das ações ordinárias (2024 - 63,52%) e 17,90% das ações preferenciais (2024 - 17,86%) da ITAÚSA, resultando em 33,62% do capital total. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui participação de 0,31530% (2024 - 0,27236%) e o usufruto das ações ordinárias, atuais e futuras, dos membros integrantes do bloco de controle, compreendendo-se no usufruto o direito de voto e 1,1% dos direitos patrimoniais (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações em dinheiro). O valor de 1,1% dos direitos patrimoniais totalizou R\$ 43.004 (2024 - R\$ 16.376), registrado no patrimônio líquido na Rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2025 (*)

Capital social	83.689
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	88.755
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	16.487
Participação detida pela Companhia ESA - %	0,31530

Informações da ITAÚSA em 31 de dezembro de 2024 (*)

Capital social	80.189
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores da ITAÚSA	90.443
Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	14.778
Participação detida pela Companhia ESA - %	0,27236

(*) Informações em milhões de reais ou de outra forma indicado.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a receber

O reconhecimento de juros sobre capital próprio como receitas e direito recebível no ativo circulante se deu com base em Reuniões do Conselho de Administração da ITAÚSA realizadas nas datas informadas a seguir:

	2025	2024
Quantidade de ações		
Companhia ESA	35.349	29.528
Acionistas controladores	26.079	25.717
	61.428	55.245

Dividendos

Dividendos (2024: R\$ 0,30050 por ação) em 19/02/2024	-	15.811
	-	15.811

Juros sobre Capital Próprio

JCP bruto (2024: R\$ 0,04840 por ação) em 16/09/2024	-	2.546
Imposto de Renda	-	(382)
	-	2.164

JCP bruto (2024: R\$ 0,05810 por ação) em 11/12/2024	-	3.210
Imposto de Renda	-	(481)
	-	2.729

JCP bruto (2024: R\$ 0,02352 por ação) em 20/12/2024	-	1.238
Imposto de Renda	-	(186)
	-	1.052

JCP bruto (2025: R\$ 0,01820 por ação) em 01/12/2025	1.105	-
Imposto de Renda	(166)	-
	939	-

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.429	-
Imposto de Renda	(214)	-
	1.215	-
	2.154	5.945

JCP bruto (2025: R\$ 0,02353 por ação) em 19/12/2025	1.4
--	-----